

Christian Ingo Lenz Dunker

Renata Udler Cromberg

Vladimir Safatle

As medidas do Eu

Christian Ingo Lenz Dunker é psicanalista, Analista Membro de Escola do Fórum do Campo Lacaniano, professor livre-docente do Instituto de Psicologia da USP, autor de *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica* (Annablume, 2012 – Prêmio Jabuti), *A psicose na criança* (Zagodoni, 2013) e *O cálculo neurótico do gozo* (Escuta, 2002).

Renata Udler Cromberg é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutora pelo IPUSP, onde se formou em psicologia e filosofia, e supervisora clínica e institucional. É professora convidada dos cursos de especialização Psicopatologia e Saúde Mental do NUPSI/USP e Teoria Psicanalítica do COGEAE/PUC. Publicou os livros *Paranoia, Cena incestuosa e Sabina Spielrein – uma pioneira da psicanálise* (Obras completas, vol. 1).

Vladimir Safatle é professor do Departamento de Filosofia e do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Autor, entre outros, de: *Grande Hotel Abismo: por uma reconstrução da teoria do reconhecimento* (Martins Fontes, 2012) e *A paixão do negativo: Lacan e a dialética* (Unesp, 2006).

Desde suas origens, em seu papel de investigadora da condição humana, a psicanálise empenha a bandeira da desconstrução e da compreensão da majestade do eu e dos ideais absolutos de seu tempo. Nem por isso estivemos ou estamos isentos, como psicanalistas, de, no exercício da tarefa de cuidar/ouvir o sofrimento e a dor humana, ocupar o lugar dos que imaginam saber como “deveria ser”. Tanto os que curam quanto os que precisam ser curados podem facilmente comungar da ideia de que as insatisfações ou desconfortos sejam desvios a serem suprimidos, e esta tentativa de ajuste sem brechas acaba por desvelar o quanto as doenças permanecem tabus e disseminam o temor justamente por nos colocar frente a frente com nossos limites, que, em alguma medida, todos tentamos negar. A saúde mental/corporal como ideal e como bem comum, assim como o anseio da ciência em buscar eliminar nossos males, são sintônicos com o desejo humano de silenciar as vozes destoantes, enigmáticas e por vezes dolorosas da experiência do adoecer. Constata-se, por outro lado, no horizonte das ideias, um movimento vindo de diferentes áreas do conhecimento que convida todos a comungar o paradigma da complexidade, que reconhece o reducionismo teórico, os impasses práticos causadores da crise dos modelos tradicionais, e propõe um esquema aberto, heterogêneo, processual, que aceite as incertezas e a desordem, e seja regido por leis de organização e desorganização. A produção de subjetividade, por exemplo, não deveria ser analisada sem um aporte da biologia, da história e da sociologia, atravessada pelas práticas, discursos, sexualidade, ideias, desejos e proibições de sua época. Assim como a nova ciência do cérebro que admite a plasticidade e a epigênese, a psicanálise – e seu acervo clínico e teórico – tem buscado, através de diferentes autores, rediscutir e ampliar as perspectivas de cuidados e intervenções. Na mesma linha de pensamento, os movimentos sociais em prol da legitimação e assunção dos antes “excluídos”, diferentes ou deficientes – estigmas da vergonha – inauguram um debate para promover um modelo alternativo, menos normopata sobre o ordenamento da vida subjetiva individual e coletiva e seu ideal de funcionamento. Se nosso Eu se forma através do olhar do Outro e do projeto narcísico que este lhe endereça, somos todos dependentes e candidatos a objeto de investimento do outro, e desde sempre tementes em não possuir os predicados que o outro significativo deseja. Nossas doenças (orgânicas ou psíquicas) são nossas formas de buscar um equilíbrio a este projeto. Um projeto delicado, que, por estar na pendência dos cuidados em geral falhos de outros que cuidam, pode precisar de um interventor apurado e preparado, que se ofereça para reparar as fendas e cuidar das feridas. É dentro desta visão de sujeito e mundo que a sessão Debates da Revista Percurso convida alguns colegas para pensar o lugar atual da

“vergonha” como a emoção reguladora da imagem de si no meio social. Uma vergonha de si, de não ser, de não existir para o outro e os sofrimentos psíquicos decorrentes.

CHRISTIAN INGO LENZ DUNKER

O Buraco da Vergonha

Dos três afetos sociais descritos por Freud – a vergonha, o nojo e a culpa –, a vergonha parece ser de fato o mais eficaz. Quer crer que isso acontece porque a vergonha envolve uma interiorização e uma estetização da lei que parece estar em convergência com a ascensão da função social da imago fraterna. A regulação social baseada na culpa é correlativa de um discurso baseado na evocação da “carne”, ou seja, não apenas a gramática positiva ou negativa do desejo, mas a sua incitação, sua distensão, sua narrativização sob forma de confissão. O nojo, ao contrário, envolve uma moral dietética que parece depender de transformações da angústia envolvendo o horror e o terror como forma de inibição. A culpa está para a voz, como o nojo está para o olfato e como a vergonha está para o olhar. A civilização da culpa está muito ligada à sociedade de massas e suas patologias sociais típicas, como o sentimento de tédio, de esvaziamento, de solidão ou de isolamento. O nojo, por sua vez, é um afeto politicamente ascendente nos processos civilizatórios próprios da aurora da modernidade, como descreveu Norbert Elias, para o século XVI. Resta-nos a vergonha como afeto próprio de uma era que encurta narrativas, que diminui a experiência da massa e que se concentra na relação com o outro mediada pelo olhar. Se a voz relaciona-se com o Real da ex-sistência e o nojo com o horror da consistência imaginária, a vergonha é o buraco simbólico que conseguimos sonhar para nossa época.

Não penso que isso se acompanhe de uma orientalização, já que esta oposição entre culpa e vergonha já foi usada para opor modos de relação ao outro baseados na polidez e na vergonha, como no Japão, e modos de apresentação baseados na culpa e na lei, como teria sido o caso para o século freudiano que foi o século XX. Lacan considerou que no Japão “a verdade reforça a estrutura de ficção”, pois justamente acrescenta “as leis da polidez”, e que disso decorre um império que não é de signos, como o ocidente, mas de semblantes. Creio que a nossa vergonha tem pouco que ver com a honra, e menos ainda com a arte de envolver o vazio. A vergonha é um regulador ligado ao nosso estilo de fraternidade, que não se faz por uma lealdade a valores ascendentes comuns, não tem que ver com a linhagem vertical, mas com a ideia de crédito. Estar envergonhado é sentir que perdemos o crédito ali mesmo onde estamos conquistando-o. Esta é uma função de nomeação bem diversa da honra filial.

Na clínica, quando há vergonha, sabemos que estamos nas proximidades da fantasia. Freud falava em dois tempos da fantasia que são farta e avidamente rememorados e repetidos pelo neurótico: “*Meu Pai bate em uma criança*” e “*Uma criança é espancada*”. O primeiro tempo está retinto de culpa, enquanto o terceiro varia do nojo à monótona indiferença e até o horror. A vergonha é o afeto que denuncia este saber que não pode ser propriamente reconhecido, este saber que combina a série masoquista e sádica em uma terceira forma gramatical, o “*fazer-se bater*”. É assim que a criança descobre a vergonha, quando ela se flagra sabendo além do que devia. E ela o faz porque o Outro sanciona este saber. Não é por acaso que Darwin dizia que a vergonha é o mais humano dos sentimentos. A vergonha tem que passar pelo outro, mas pelo modo negativo da lei, por meio de uma relação de cumplicidade horizontal, fraterna. Este instante da fantasia, que por não poder ser lembrado deve ser construído, está marcado por uma espécie de escrita do corpo que é o enrubescer. O envergonhado não está exposto em sacrifício contra a letra da lei, como em Kafka, onde ela cai sob os ouvidos por meio da voz do Outro. O envergonhado torna-se ele mesmo um corpo legível, com suas manchas que não falam, mas “*escrevem*” por ele, com suas mãos acometidas por uma crise aguda de psicastenia legendária. Creio que a vergonha é o próximo afeto ascendente como regulador da lei porque ela carrega este efeito de autenticidade, de reforço da verdade, que a culpa e o nojo não possuem. A culpa precisa de impasses de autonomia para se inscrever em discurso, assim como o nojo depende da profunda associação entre nossa identidade e nosso corpo, nossa posse primária. A vergonha tende a concentrar a sustentação de nosso semblante porque ela requer intimidade, o que aparentemente será um bem em grande indisponibilidade num futuro próximo. O envergonhado está em um momento de exílio

de sua fantasia, daí sua tremenda atração para o outro que se prestará a devolver-lhe e ensinar-lhe o caminho de um gozo até então ignorado.

É esta experiência profundamente simbólica do buraco, no qual o envergonhado quer entrar, que serve para a seguinte alegoria proposta por Lacan: “*Não é cômodo falar da vergonha. [...] Talvez seja justamente isso o buraco de onde brota o significante-mestre*”²⁸⁷. O buraco é este vazio no qual se enreda esta experiência que não é a de saber, mas de acreditar. É provável que a vergonha no próximo ocidente tenha algo de fraterno, profundamente ligada ao crédito. Alguém que desconhece seu gozo não merece crédito, pois ninguém sabe o que ele fará quando descobrir do que esse gozo é feito. Por outro lado, é exatamente esse tipo de relação ingênua com o gozo que gostaríamos de encontrar naqueles que se candidatam a receber nossa confiança e nosso crédito. Por isso cremos que aqueles que nos devem governar são os que não estão sequiosos por fazê-lo. Aqueles que têm vergonha do poder.

Assim também o parceiro da vergonha não é o sujeito suposto saber, mas o sujeito suposto acreditar. Nossa vergonha é a da impostura, da queda do semblante, em uma época que não acredita em nada “por trás dos semblantes”. Há uma vergonha que encontro com mais frequência em minha clínica hoje, e que não era tão frequente 20 anos atrás, quando comecei; não é a do desmascaramento, mas a da impostura. Como o sentimento de inadequação tornou-se epidêmico, nenhuma forma de mentira ou bricolagem narcísica é uma grande transgressão. Não há mais limites (exceto os que tocam o limiar da saúde) ou regras tácitas (exceto as que rompem a fraternidade da fantasia) para a construção modular de semblantes. O que se tornou condenável é desacreditar da funcionalidade deles. Qualquer atitude é potencialmente interessante ou dotada de válida aspiração de reconhecimento, menos a ausência de atitude. Qualquer estilo é interessante, desde que ele seja de fato um estilo. É isso que o envergonhado perde, junto com sua credibilidade, seu estilo, sua personalidade, sua atitude. A dificuldade crescente de “falar em público”, de “ter uma opinião na reunião”, de “manifestar-se nas redes sociais” é correlata do imperativo de que a ausência de atitude autêntica indica que você está vivendo a fantasia do Outro, que você está “possuído” pela fantasia do Outro. No duplo sentido do genitivo: *fantasia do Outro* no sentido de que o Outro tem uma fantasia sobre quem é você, mas também *fantasia sobre o Outro*, como fantasia de que existe uma substância sapiente que funciona como acreditador de nossa posição no mundo. O buraco é assim tanto o fato de que o Outro possui um furo, quanto o fato de que gostamos de nos enfiar neste furo. Assim como se dizia que a histérica tem um desejo por procuração, podemos pensar que hoje o envergonhado goza por procuração. Não é à toa que esperamos que nossos políticos, nossas pessoas de confiança, mas não nossos psicanalistas, sejam capazes de experimentar, em toda a sua inteireza e extensão, sem constrangimento, e de forma decidida, a vergonha. Queremos que eles sejam os nossos “bastantes procuradores”. Fantasia política que tem tudo para dar errado, mas, enquanto isso, ainda poderemos sonhar em reencontrar uma relação produtiva com nossos significantes mestres.

RENATA UDLER CROMBERG

A Vergonha e as novas medidas do Eu

Ela entra na sessão com sua filha de quase dois anos por não ter encontrado quem ficasse com ela naquele dia, mas também para me mostrar o drama sofrido entre as duas pela dificuldade de separação reforçada por sua gravidez. Para que pudéssemos conversar, ela empresta seu celular à filha que está sentada grudada em seu corpo e pergunta se ela quer ficar se olhando no celular. Como a menina assente, ela coloca uma sequência de fotos tiradas por ela de sua filha e a menina se distrai, ainda que ouça o que a mãe e eu falamos e eu a inclua na conversa, possível apenas graças ao uso do celular como... objeto intermediário? Carretel do fort da, usado para simbolizar uma primeira ausência da mãe na sua presença, o não estar inteiramente voltada a ela? Em outra cena, o menino de dois anos brinca no parquinho de diversão do prédio com seu pai. Sob e desce nos brinquedos conversando o tempo todo com o pai, que lhe pede o tempo todo para dizer à mãe o que está fazendo. E onde está a mãe? Em viva voz no celular que o menino segura, o que me

permitiu, espantada, temer pela sorte do menino que desce o escorregador falando com a mãe sem se desgrudar do aparelho. No entanto, ele desce com muita destreza, repetindo a cena e o poliólogo a três por diversas vezes. Em uma terceira cena, o bebê de quase seis meses segura o celular, como um chocalho que mal pode agarrar, e aprende rapidamente a mudar as imagens, alternando entre colocá-lo na boca e distrair-se com suas luzes e cenas. Espécie de espelho que traz imagens pré-fase de espelho que talvez fiquem agregadas espectralmente nesta primeira fase ainda de linguagem autista da constituição do psiquismo, voltado a ele mesmo, presente nos primórdios de todos nós.

Isto faz parte da cena atual em que as revoluções tecnológicas trouxeram aparelhos que são vividos como a extensão do corpo (basta ver como os adolescentes não desgrudam de seus celulares e muitas vezes trocam mensagens com amigos que estão fisicamente próximos) e trazem efeitos na constituição dos dispositivos subjetivos de lidar com o mundo, de inserir-se no meio social tão necessário a nossa espécie para lidar com seu desamparo, o outro sendo sempre constitutivo de si, dos primórdios da dependência absoluta à dependência relativa.

Tal como o painel Guerra e Paz de Portinari, podemos ver o lado positivo e construtivo desta brincadeira que se amplia com a criação das redes sociais e aumenta as possibilidades de sociabilidade e de registro do outro no campo da percepção das diferenças, da múltipla expressão de pontos de vista, argumentações, produções artísticas e científicas, numa ânsia de conexão que constitui minirredes que se multiplicam sem fim, criando múltiplas camadas de universos paralelos que acabam por abalar o paradigma simbólico único, fechado e centralista da sociedade patriarcal, fazendo nascer um paradigma das simbolizações complexas, em aberto, múltiplas, descentralizadas. Isso favorece uma subjetividade que lida com suas intensidades pulsionais de forma criativa e um coletivo mais propenso a uma democratização que leva em conta as diferenças múltiplas de expressão da sexualidade, dos fazeres, das etnias, etc. favorecendo uma organização social mais tolerante que produza leis menos desiguais e estigmatizantes em uma sociedade mais de matizes do que de massas. Mas, ao mesmo tempo, este quadro de liberdade, alegria e paz fica ensombrecido. O lado guerreiro do painel traz a política de controle das informações e de violação da privacidade, um verdadeiro panóptico que arrebenta a divisão público/privado, expondo informações de uma pessoa fora de seu controle através da centralização dos servidores em um único ponto do território global, a internet, então, não traindo suas origens militares como Arpanet. A associação de governos, elites e informação está aí abundante nos noticiários globais.

Do ponto de vista da subjetividade, vemos os efeitos potencializados de sofrimento narcísico violento que produzem as atitudes virtuais de exclusão e competição amorosa, a inveja despertada ou temida de ações e feitos exibidos, muitas vezes com existência só virtual, embora exibidos como reais, naqueles que frequentam nossos consultórios. A prática de vários *fakes* de si mesmo, simulacros criativos, mas que podem fragilizar, desintegrar, a pertinência ou constatação de grupos virtuais de exaltação de práticas suicidas, violentas, incestuosas, pedófilas, completam o panorama boschiano global, que não respeita idades, leis ou valores fundamentais até agora para a existência em sociedade.

Como pensar o lugar da vergonha e as novas medidas do eu, num mundo que apela cada vez mais ao exibicionismo, ao consumo e consumação de si e à ostentação? Exibicionista porque se mostra tudo a qualquer hora, em qualquer lugar, para quem quer e quem não quer ver. Consumista porque se consome de tudo para quaisquer inúteis e absurdos fins e assim consome-se o derretimento de si no grande impulso a devorar tudo e todos aditivamente, o consumo tornando-se uma meta social, econômica e política. Ostentatório porque, em decorrência dos anteriores, a ostentação está em duas pontas: tanto naqueles que têm o que ostentar com dinheiro ganho em transações financeiras, fruto de um dinheiro virtual que roda freneticamente nas nuvens de irrealidade do mercado até colapsar, causando uma enorme crise de referência do real que atinge justamente o básico da realidade imóvel de ter-se que ter uma casa, comida e trabalho, que se torna escassa, como naqueles que almejam consumir e ter o que ostentar, como expressam os funks da ostentação. O inquietante último filme de Scorsese mostra o mundo do excesso adictivo, ostensivo e sem vergonha da matilha de Wall Street, na era da volatibilidade econômica global, estágio recente do selvagem capitalismo financeiro global. Naquele mundo de ações e flutuações, o único dinheiro “real” é a comissão do corretor. Mas, se a vergonha desaparece, o excesso demonstra o imperativo superegoico que exclui quem não excede, quem não participa da exibição consumista e ostentatória, em

uma cultura que induz uma subjetividade pautada em identificações midiáticas e grandiosas, que favorece uma especularização narcísica e suas exigências rigorosíssimas, decorrentes da culpa e inferiorização, além da sensação de invisibilidade, do não fazer parte do social. Excesso sem vergonha que, por seu lado, maximiza a culpa e a autopunição, expressos na profusão de sintomas não neuróticos com os quais o psicanalista cada vez mais depara.

No entanto, é curioso notar que, quando pesquisamos os dicionários de psicanálise, não encontramos a palavra vergonha, ainda que ela tenha sido crucial na formulação do conceito de recalçamento das experiências sexuais infantis no início da psicanálise. Tenho a impressão de que a importância da vergonha nos inícios ficou subsumida quando entrou em cena a importância do sentimento de culpa consciente e inconsciente ou a necessidade de castigo, no esteio da reviravolta que trouxe a pulsão de morte nos seus desdobramentos enquanto masoquismo e destrutividade, pulsão de domínio e fúria narcísica primária. A culpa ficou, a partir de então, associada à agressividade; já a vergonha esteve ligada inicialmente à sexualidade. É verdade que a culpa e a vergonha transitam em territórios próximos. Mas acho oportuno resgatar a sua diferença.

No volume da correspondência entre Freud e Fliess, entre a carta 64 e a carta 125, a vergonha ocupa um papel proeminente naquilo que foi o corajoso caminho da descoberta do papel da fantasia sexual infantil e das zonas erógenas infantis na constituição do recalque e dos sintomas neuróticos. Neste que se constitui quase o momento inicial de um big bang que trouxe hipercondensados os posteriores desdobramentos dos conceitos do universo psicanalítico sempre em expansão, podemos perceber que a vergonha esteve ligada inicialmente aos caminhos da libido infantil e não à majestade do eu, que nos primórdios psicanalíticos não era sua majestade ainda, apenas o representante da pulsão de autoconservação. Ao buscar a origem da moralidade, a vergonha esteve presente nos sonhos descritos por Freud que têm sua origem no exibicionismo infantil onde aparece o conflito entre o prazer exibicionista de andar nu no meio a pessoas desconhecidas que não se importam com isso e sentir vergonha e angústia.

A vergonha, assim como a moralidade, é, ao mesmo tempo, *fonte* de um recalçamento sexual normal ligado ao abandono das zonas erógenas que ressurgem por meio das lembranças que não produzem mais prazer e sim desprazer (e em seguida um afastamento consciente e pré-consciente delas) e produto desse recalçamento. Isso promove a base afetiva para a *vergonha enquanto um processo intelectual de desenvolvimento*. Nas ondas sucessivas do desenvolvimento de uma criança, esta é sobrecarregada de respeito e vergonha, que levam à extinção da excitabilidade das zonas sexuais primitivas, boca, ânus, garganta, tanto sentidas no próprio corpo da criança como vistas no outro, e sua não extinção pode promover a perversão ou insanidade moral. Assim, o recalçamento é a transformação de uma fonte de prazer interno em uma fonte de repugnância interna, e é isso que separa o que causa angústia do que causa libido. Interessante esta aproximação freudiana entre respeito e vergonha, pois, em latim, vergonha é *verecundia*, que deriva de *revereri*, formada por re, “para trás, de novo”, acrescentado de *vereri*, “respeitar”. A vergonha é de certa forma um medo do olhar do outro colocado no lugar de juiz, de quem se deseja aceitação e se teme a rejeição que imaginamos que nos diminui, nos anula por algo que fazemos ou julgamos fazer errado e que nos inferioriza ou condena frente ao outro. Poderíamos dizer então que a vergonha se instala em plena fase edípica (Freud descobria sua importância paralelamente à descoberta do papel da vergonha no recalçamento) em que o medo de perder o amor dos pais – ainda não introjetados como instância superegoica através das identificações – através de sua censura real, seu dito condenatório em carne e osso, impele a abrir mão da sexualidade perverso-polimorfa das zonas erógenas oral, anal e fálica e, sobretudo, da masturbação a elas associadas, associando a estas não mais intenso prazer, mas repúdio e desprazer. Em respeito aos pais... de novo (nos pais interiorizados) e para trás (nos traços de memórias dos pensamentos fantasiosos perverso-polimorfos masturbatórios), parece que é aí que surge a vergonha como fonte e produto, sensação, emoção e sentimento penoso que funciona como a base afetiva de um processo intelectual de desenvolvimento civilizatório, e que posteriormente envolverá a economia narcísica do eu ideal, eu, ideal de eu e supereu. Vergonha do eu por não realizar as exigências do ideal, que expõe o eu ao ridículo e promove ruptura de identificações. Hoje, a vergonha parece constituir a base da tensão narcísica e da culpabilidade decorrente, e o paradoxo de um supereu cruel e exigente faz lembrar o pensamento nietzschiano de que ter-se vergonha da própria imoralidade é um degrau da escada em cujo extremo se tem a

vergonha da nossa moralidade extrema.

Ao colocar o foco na vergonha, nas cartas a Fliess, Freud dá um papel fundamental à masturbação e ao recalque da masturbação na origem da neurose pensando-a de forma diferencial no homem e na mulher. A masturbação é, para ele, o grande hábito, o vício primário e é somente como sucedâneo dela que outros vícios – álcool, morfina, tabaco, etc. adquirem existência. É curioso pensar na atualidade deste pensamento ao lembrarmos o diálogo inicial do filme de Scorsese entre o mestre corretor e o aprendiz de feiticeiro, em que o mestre pergunta ao aprendiz quantas vezes ele, homem casado, se masturba, e ele diz duas vezes por semana; o mestre lhe diz que não basta, que ele se masturbe ao menos três vezes por dia, porque senão não aguentará o frenético mundo de Wall Street. Descreve como necessária a masturbação para concentrar a energia fálica de maneira frenética e constante e para induzir a agressividade necessária neste mundo financeiro. Está posto o paradigma fálico narcísico agressivo através da libido gerada por masturbação compulsiva que se desdobra em orgias sem fim com todos os tipos de objetos parciais num universo de excesso quantitativo e pobreza qualitativa de transformação das pessoas em coisas, banhado num caldo regressivo oral e anal de dinheiro, drogas e prostituição.

Em outro exemplo, em um contundente depoimento de três gerações de mulheres somalis de uma mesma família, vemos o papel diferencial da vergonha e da humilhação na prática cultural de radical eliminação do prazer sexual genital feminino pela mutilação através da extirpação do clitóris, prática que atinge milhões de mulheres ao longo do tempo e milhares de meninas por ano na África e no Oriente. A avó sofreu a mutilação aos sete anos e diz que não poderia fugir sob pena de ser vítima de vergonha e humilhação. Submeteu sua filha ao mesmo procedimento por acreditar que era a coisa certa a fazer de acordo com a pregação do Islã. Já a neta, vivendo na Grã-Bretanha, não foi submetida à prática, mas, ao assistir a ela, horrorizada, achou absurdo que crianças que não façam ideia do que está acontecendo sejam submetidas à prática, engrossando a fileira do ativismo que classifica o procedimento como abuso infantil. Já a opinião de quem cuida destas mulheres no ocidente é de que os pais veem a mutilação como um ato de amor a suas filhas, uma forma de prepará-las para a vida adulta, um rito de passagem ou até mesmo uma obrigação. Para o mundo ocidental, ao contrário, tal prática é vista como crime, e seus praticantes deveriam ser criminalizados como tentativa de impedir sua perpetuação.

Essa forma de eliminação do prazer na mulher radicaliza a culpabilização feminina diante da condenação do prazer clitoridiano como um prazer masculino. Ela já estava presente na vergonha que precedia a inibição da masturbação, signo de imaturidade impeditiva do acesso ao prazer vaginal, da adolescente candidata a histérica dos tempos vitorianos freudianos. Ora, o clitóris faz parte de um continuum que o une à vagina, ao ponto g e finalmente ao corpo todo, a rosa louca dos poetas, forma múltipla de vivenciar para si e para o outro o prazer genital adulto. Ele não é um pênis castrado como a fantasia universal de meninos e meninas constroem através do olhar fálico infantil, apesar de que sua composição biológica compartilhe embriologicamente os mesmos tecidos e circulações sanguíneas. O simpático grupo Femen, ao chamar a atenção para o corpo feminino e seus direitos de exercício de si e de prazer, dá voz à positivação de sua alteridade. O corpo da mulher, não mais sendo apenas o negativo assustador de um falicismo renegador do feminino e da diferença sexual, inferiorizador e violento, muda a vergonha de lugar: ela agora não é do corpo e do prazer feminino, mas vergonha da violência abusiva a que estão frequentemente expostas as meninas e as mulheres em diferentes manifestações de todas as culturas.

A vergonha deveria mesmo era ressurgir como afeto e procedimento intelectual no mundo atual, onde se exalta o individualismo e a perda dos laços comunitários, onde 1% da população detém a maioria da riqueza, onde os corruptos governos globais se unem cada vez mais às elites, causando mais miséria social e exclusão, esgotamento dos recursos naturais, alteração no meio ambiente crucial para a sobrevivência do homem e da biodiversidade animal e vegetal na terra. Ela é essencial à elaboração de um novo momento civilizatório.

VLADIMIR SAFATLE

O que acontece quando entramos
por uma porta errada?

A vida às vezes ensina algo sobre o que entendemos por política. Georges Canguilhem costumava dizer que a doença poderia ser definida como um erro, não no sentido de fazer uma conta errada, mas de entrar por uma porta errada. Mas o que pode significar aqui “entrar na porta errada”? Quem entra pela porta errada não apenas se perde, mas encontra o imprevisto, o despercebido, que só vem à existência quando mudamos a estrutura de nossa percepção. Entrar pela porta errada é condição para que mutações estruturais do organismo ocorram.

Na verdade, Canguilhem tinha em mente uma compreensão do organismo biológico com uma organização dinâmica capaz de ser, como dirá o biólogo Henri Atlan, um processo de:

Desorganização permanente seguido de reorganização com aparição de propriedades novas se a desorganização pode ser suportada e não matou o sistema. Dito de outra forma, a morte do sistema faz parte da vida, não apenas sob a forma de uma potencialidade dialética, mas como uma parte intrínseca de seu funcionamento e evolução: sem perturbação ou acaso, sem desorganização, não há reorganização adaptadora ao novo; sem processo de morte controlada, não há processo de vida.

Aqui se delineia a diferença ontológica fundamental entre um organismo e uma máquina artificial. Ao menos segundo Canguilhem: “na máquina, há verificação estrita das regras de uma contabilidade racional. O todo é rigorosamente a soma das partes. O efeito é dependente da ordem das causas”. Já o organismo não conhece contabilidade. Como dirá Atlan: “uma fiabilidade como esta do cérebro, capaz de funcionar com continuidade mesmo que células morram todos os dias sem serem substituídas, com mudanças inesperadas de irrigação sanguínea, flutuações de volume e pressão, sem falar da amputação de partes importantes que perturbam apenas de maneira muito limitada as performances do conjunto não tem semelhança com qualquer autômato artificial”. Ou seja, há um princípio de auto-organização no organismo capaz de lidar com desestruturas profundas e desordens. Isto é possível porque um sistema reduzido a uma só via de contato (entre A e B) seria simplesmente dissolvido se tal via se desordenasse por completo. Mas organismos não são sistemas desta natureza. Ao contrário, eles são compostos por vários subsistemas que permitem a completa independência entre A e B ao não traduzir-se na dissolução completa do organismo.

No entanto, a possibilidade da destruição do organismo como sistema é um dado real e é necessário que tal dado seja real para que a ideia de errância possa realmente funcionar. Errância implica poder se perder por completo, dispendir todo o processo acumulado em uma profunda irracionalidade econômica, o que explica por que a destruição do sistema é uma parte intrínseca de seu funcionamento. Apenas por poder perder-se por completo, ou seja, por poder deparar com a potência do que aparece como a-normativo, que organismos são capazes de produzir formas qualitativamente novas, migrar para meios radicalmente distintos e, principalmente, viver em meios nos quais acontecimentos são possíveis, nos quais acontecimentos não são simplesmente o impossível que destrói todo princípio possível de auto-organização. Tal figura do acontecimento demonstra como as experiências do aleatório, do acaso e da contingência são aquilo que tensiona o organismo com o risco da decomposição.

Não deixa de ser surpreendente que a vida sirva-se desta dinâmica para poder construir suas formas, o que talvez mostre como não se trata de um mero dado anedótico lembrar que mais de noventa e nove por cento das espécies aparecidas desde quatro bilhões de anos foram provavelmente extintas para sempre. Esta é apenas uma maneira um pouco mais dramática de lembrar que os valores mobilizados pela atividade vital não podem ser a “utilidade”, a “função” ou mesmo o “papel” a desempenhar. A vida se passa dessa contabilidade de balcão de supermercado. Não podemos sequer definir o desenvolvimento de órgãos a partir da necessidade de certas funções próprias a uma adaptação à configuração atual do meio. Como a biologia evolucionista nos mostra, mais correto seria dizer que muitos órgãos são inicialmente configurados para que, posteriormente, uma multiplicidade de funções deles se desenvolva.

NOTAS

1. J. Lacan, *O Seminário*, Livro 17..., p. 180.

O caso do sr. R.

Mario Eduardo Costa Pereira é psicanalista, psiquiatra. Professor titular de Psicopatologia Clínica e ex-diretor do Laboratoire de Psychopathologie Clinique et Psychanalyse da Aix-Marseille Université (França). Professor Livre-Docente em Psicopatologia do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, onde dirige o LaPSuS (Laboratório de Psicopatologia: Sujeito e Singularidade). Diretor do Núcleo de São Paulo do Corpo Freudiano – Escola de Psicanálise. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo e membro da Associação Universitária de Pesquisas em Psicopatologia Fundamental.

Alcimar Alves de Souza Lima é psiquiatra e psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É autor de vários artigos em revistas científicas. Publicou *Acontecimento e linguagem* (Casa do Psicólogo, 2010).

Marion Minerbo é psicanalista e analista didata pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, e autora de *Transferência e contratransferência* (Casa do Psicólogo, 2012), entre outros.

MARIO EDUARDO COSTA PEREIRA

Trata-se aqui do relato de uma sessão ocorrida na fase inicial da análise de um homem com queixas de desânimo, tristeza intensa, angústia e paralisia de sua capacidade de trabalhar. Previamente serão apresentados alguns elementos capazes de situar o contexto de sua demanda de psicanálise e algumas breves vinhetas de sessões anteriores àquela que será o objeto central desta exposição, de modo a melhor situá-la nesse período de começo de tratamento.

•

Levanta-se de pronto, quase em sobressalto, quando, pela primeira vez, o chamo na sala de espera. Sorri cortesmente, mas não consegue esconder a angústia de seu olhar, uma certa tristeza, um pedido de ajuda que se esboça de maneira espontânea, antes mesmo de ser formulado. Ele o seria, em breve.

R. é um homem de uns 45 anos. Tem a frente levemente suada, embora aquele dia de inverno estivesse relativamente frio. Traz canetas penduradas no bolso da camisa e um porta-celulares no cinto da calça. Carrega ainda uma volumosa pasta tipo executivo. Parece cheia e pesada.

Ao entrar no consultório, imediatamente tenta se desembaraçar de toda aquela parafernália profissional, deixando seus inúmeros apetrechos sobre uma cadeira disponível.

Senta-se diante de mim com o olhar fixado no meu, tomando a palavra imediatamente, sem rodeios: – estou deprimido já há bastante tempo. Diz isso esboçando um sorriso desconcertado. R. conta, então, que teve duas situações de depressão no passado, mas que dessa vez mal consegue trabalhar. Relata enorme dificuldade para sair da cama pela manhã. Iniciar o dia parece-lhe uma tarefa muito além de suas forças. Não sente ânimo para o trabalho, tudo lhe parece vazio e sem sentido.

Conta que, sob supervisão médica, vem tomando medicamentos antidepressivos nos últimos dois meses, mas sem qualquer melhora significativa. Queixa-se de dificuldades de concentração. Como trabalha em uma grande agência de consultoria de gestão empresarial, suas atividades profissionais implicam um contato diário com clientes extremamente exigentes, cujas firmas encontram dificuldades em funcionar como equipes ou no relacionamento entre seus funcionários. Dessa forma, R. deve auxiliar no manejo de complexas e tensas relações interpessoais e administrativas dos ambientes corporativos, em uma atmosfera de muita ansiedade, exigência e de cobrança de resultados. Em função de seu estado atual, ele não se sente à altura de tamanha responsabilidade. Diz: – Vim procurar o senhor porque, na verdade, estou com muito medo de perder meu emprego. Não consigo mais dar conta de minhas funções e não tenho sequer ânimo para ir trabalhar.

Refere que sempre gostou muito de seu trabalho e, dadas suas origens humildes, sentia-se orgulhoso por ter alcançado um posto de muita importância em sua empresa, o que lhe impunha muitas viagens, contatos com pessoas importantes e tarefas de grande responsabilidade. Seu emprego atual permitiu-lhe uma grande ascensão social e uma vida de conforto material que jamais poderia ter imaginado em sua juventude.

Fala espontaneamente de sua infância, que descreve como um período extremamente difícil e infeliz. Seu pai era alcoolista e morreu aos 42 anos por complicações clínicas decorrentes do abuso de bebida. R.

era, portanto, ainda um menino quando dele ficou órfão. Diz: – Eu tinha vergonha de meu pai, ele ficava bêbado todos os dias. Por vezes caía na rua e tínhamos que buscá-lo da sarjeta, desmaiado e coberto de vômitos. Quando estava em casa, muitas vezes ele ficava violento. Batia em minha mãe e em nós, gritava muito. Mas, na maior parte do tempo, apenas ficava chato e muito desagradável. Um dia minha mãe se cansou, mandou-o para fora de casa e pediu o divórcio. Ele nunca mais voltou. Eu o via somente de vez em quando, na rua, nos bares do bairro. Com a separação, ele aumentou muito o consumo de álcool e morreu pouco depois.

A família morava em um bairro pobre da cidade. As privações materiais eram uma constante de sua infância, mas nada lhe era mais doloroso do que o ambiente caótico em casa, do que o medo constante de que o pai chegasse muito embriagado da rua, fazendo “a vida de todos nós um inferno!”.

R. descreve a mãe como uma mulher “dura” e forte. Afinal, fora ela quem expulsara o marido de casa, assumindo sozinha a criação dos filhos, quando estes ainda eram pequenos.

– Ela nunca mais casou, nunca mais teve outro companheiro – acrescenta R.

Outra marca decisiva de sua infância, sempre conforme seu relato, foi “a clara predileção” que a mãe teria por seu irmão mais velho, Roberto. Este que era o “inteligente”, “o bom filho” que “iria dar certo na vida”. Quanto a R., as palavras da mãe que o descreviam, segundo ele, eram: “burro”, “incompetente”, “estorvo”, “nunca vai dar certo na vida”. Roberto foi colocado em uma escola privada, o que exigia da família um grande esforço para poder pagá-la. R., por sua vez, deveria se contentar com a escola pública do bairro. Mesmo antes, Roberto havia frequentado a pré-escola paga do bairro.

– Eu tive que ir direto para a primeira série, sem nunca ter participado antes de um grupo de alunos. Minha mãe me deixava lá, chorando apavorado. Eu me sentia sozinho e desprezado por ela.

Sentia-se injustiçado e humilhado. Diz que fora um adolescente tímido, inseguro, com frequentes crises de angústia e “com muita revolta guardada”.

Aos 19 anos conheceu sua atual esposa, “e isso mudou minha vida”. Ela era dois anos mais velha que R. Após um breve período de namoro, os dois jovens se casaram. Ele havia arrumado um emprego e iniciara a faculdade de administração. Saiu de casa jurando que “nunca mais voltaria àquele bairro maldito”.

De fato, sua carreira decola rapidamente. R. encadeia promoções e demonstra grande talento para liderar equipes e para gerenciar conflitos de relacionamentos na empresa. Ao se formar, realiza uma especialização na área de gestão de recursos humanos e de gerenciamento de grupos de trabalho e é assim que, em pouco tempo, é contratado para um elevado posto de comando na empresa em que estava trabalhando.

Sua ascensão econômica foi igualmente meteórica, alcançando um padrão material de vida muito elevado, distanciando-o socialmente do restante de sua família. Descreve o casamento como seu “porto seguro” e prefere as atividades em casa a qualquer forma de “badalação social”. O casal teve uma menina, agora com vinte anos de idade. A gravidez foi planejada e recebida com enorme alegria, como “uma grande realização”.

Configura-se, assim, aquilo que R. chama de “o paradoxo de minha vida”: sente-se realizado e reconhecido profissionalmente, muito feliz no casamento. Atingiu um grau de ascensão social e de conforto material que jamais teria imaginado. Mas, a despeito de tantos motivos para se sentir feliz, “do nada” mergulhou em um estado emocional de profunda depressão.

– Do nada?’, pergunto.

– Deve vir de alguma coisa, mas não entendo o quê – responde R.

•

Em uma das sessões subsequentes, R. põe-se a falar de maneira profusa, angustiada. Recorda inúmeros episódios de sua infância, os quais, a seus olhos, demonstram bem a nítida preferência que sua mãe teria por Roberto, seu irmão mais velho.

Lembra com dor do entusiasmo com o qual sua mãe relatava à vizinhança as conquistas e os sucessos do pequeno Roberto.

– Sobre mim, não fazia nem críticas, nada. Ela simplesmente não fazia menção. Era como se eu não

existisse. Em sua cabeça, só havia mesmo meu irmão.

R. diz que a certa altura de sua infância desistiu de fazer-se reconhecer por ela. Resignou-se à timidez e ao silêncio. Mantinha-se à distância de sua mãe e dos demais membros de sua família, levando uma vida “totalmente para dentro”.

– Eu tinha vergonha de ser eu.

Muitas vezes teria escutado da mãe frases como: – Você é um vagabundo! Nunca vai ser nada na vida, ninguém vai querer um imprestável!

Nesse momento da sessão, Rui diz:

– Eu não quero ficar falando de minha mãe. Isso já está superado. Ela já não importa mais nada para mim – e fica em silêncio...

Depois de alguns segundos, intervenho:

– Mas você fala dela o tempo todo!

Rui sorri desconcertado e surpreso. Fica em silêncio mais alguns segundos e conclui quase em suspiro:

– Pois é... Ao que respondo:

– Pois é... – e encerro a sessão.

R. levanta-se da poltrona visivelmente emocionado. Acompanho-o até a porta. Ao deixar o consultório, engana-se de caminho, virando à esquerda em busca do elevador. Este ficava à direita, como ele já bem sabia. Parecia completamente absorvido por seus pensamentos.

•

Inicia a sessão seguinte dizendo:

– Abandonei totalmente minha família de origem. Não visito minha mãe há mais de quinze anos. Depois que casei, havia jurado que nunca mais voltaria àquele lugar maldito, que só me traz más recordações de uma infância muito infeliz. Comecei vida nova com minha esposa, com minha filha. Ganhei dinheiro, conquistei um trabalho em que sou valorizado. Pensar naqueles tempos só me faz mal.

Em seguida, Rui relata espontaneamente que tem tido muitas dificuldades para dormir e que, por vezes, recorre a bebidas alcoólicas para pegar no sono.

A sequência de suas associações toma um rumo surpreendente. Inicialmente diz que os primeiros episódios depressivos se iniciaram dez anos antes, devido a um momento de crise no casamento, na qual discutiam muito e sua esposa teria dito “que não suportava mais aquilo”.

– Temi que ela fosse embora – afirma..

Em seguida, dá-se conta do fato que teria sido o desencadeante de seu mal-estar atual:

– Minha esposa abriu uma loja há mais ou menos três meses. Desde então ela tem ficado muito ausente de nossa casa.

– “Ausente?” , insisto.

– Ausente!, exclama Rui sem hesitar. Lá em casa sempre foi ela quem cuidava de tudo. As coisas estavam sempre em ordem. Ela mandava em mim e na minha filha e tudo acabava correndo muito bem. A gente tinha sempre a sensação de estar vivendo em um lar! Eu dei muita força para ela montar seu próprio negócio. Ela sempre disse que esse era seu desejo, seu projeto de vida profissional. Entrei com um bom dinheiro para que o projeto fosse implantado. Mas agora tudo está muito diferente, muito estranho. Ela não está mais tão presente, as coisas não funcionam, a casa parece meio abandonada.

– A casa?, digo.

– ... [suspira] ... Nós.

– Nós?, insisto.

– Eu, é claro!

– Pois é.

E interrompo a sessão nesse ponto.

•

Na sessão seguinte, Rui evoca novamente seus sintomas:

– Tenho me sentido pior pela manhã. É muita pressão no trabalho.

Diz que facilmente se sente desconfiado dos colegas, que tem muito medo de perder sua posição e de não ser capaz de estar à altura de suas tarefas em função de seu estado emocional.

– E não consigo nem conversar sobre isso com minha esposa, que tem agora suas próprias preocupações de trabalho e que prefere falar de suas próprias sobrecargas a cuidar das minhas.

– Cuidar das suas sobrecargas? Ela? – digo.

Rui fica um tanto desconcertado, sorri e responde com ar um tanto maroto.

– Seria bom, né?

Mais adiante, diz que muitas vezes tem vontade de chorar, mas não consegue. Relata, também, que há dois meses tem notado uma significativa diminuição de seu desejo sexual pela esposa, o que nunca ocorrera antes.

– Há dois meses, pontuo.

– É. Será que tem a ver com o trabalho dela? Com o fato de ela não estar mais tão presente em casa?

Fico em silêncio e ele continua:

– É. Acho que não suporto que ela não cuide mais de mim como fazia antes. Mas no fundo isso não faz sentido. O que está havendo comigo, doutor? – pergunta angustiado. Eu preciso entender melhor tudo isso!

– Você quer mesmo ir ao fundo dessa história e saber o que se passa mesmo com você?

– Eu preciso, doutor.

– Então, a partir da próxima sessão você passará a deitar no divã. Não se preocupe em trazer nada preparado para dizer na sessão. Apenas relate tudo o que lhe passar espontaneamente pela cabeça, à medida que as coisas forem fluindo.

R. fica alguns instantes em silêncio. Por fim, olha-me fixamente nos olhos e diz:

– Ok. Vamos lá.

•

Na sessão seguinte, R. entra no consultório, dirige-se espontaneamente ao divã. Para de pé diante dele e pergunta:

– Posso?

– Vamos lá, respondo.

Deita-se, sem hesitar. Relaxa por alguns segundos, como para se acostumar, como para tomar posse corporalmente da nova situação e coloca-se, em seguida, a associar.

R. fala longamente da perturbação que toda a história de sua infância ainda lhe provoca. Queixa-se amargamente do fato de ter sido abandonado pelo pai, incapaz de exercer suas funções, impotente para protegê-lo daquilo que chama da “loucura” de sua mãe, “contra mim”. Quando se referia mais diretamente a ela, era tomado de grande emoção. Em certos momentos, ficava tão perturbado e comovido que seu corpo chegava a arquear-se espontaneamente sobre o divã, como num espasmo.

Nos últimos dias, vinha examinando a hipótese de visitá-la, na casa onde passou sua infância e na qual sua mãe continua a morar..

– É um grande desafio voltar lá. Eu jurei a mim mesmo que nunca mais pisaria naquele bairro. Mas agora acho que isso é fundamental, se eu quiser resolver essa história de uma vez por todas em minha cabeça. Indispensável! Mas tenho muito medo de piorar.

[Silêncio]

– O que o senhor acha? – pergunta R.

[Silêncio]

– É... – diz. E suspira fundo.

Encerro a sessão nesse ponto.

•

Depois de muito hesitar e cogitar ao longo de várias sessões, R. termina por se decidir a ir com toda sua família visitar sua mãe. É a primeira vez que retorna ao bairro de sua infância depois de muitos anos. Na

sessão que precedeu sua ida, falou reiteradamente que “precisava voltar lá”, mas que tinha muito medo de que essa experiência emocionalmente tão intensa terminasse por fazê-lo piorar.

De fato, no plano do mal-estar provocado pelos sintomas, R. havia apresentado uma nítida melhora, com alívio tanto da depressão e angústia, quanto de suas inseguranças no trabalho. Mas temia que a melhora ainda fosse precária e que o esforço emocional de reencontrar a mãe e o cenário de um passado tão doloroso pudessem levar a uma deterioração de seu estado.

Mesmo assim, tal “retorno às origens”, segundo sua própria expressão, parecia-lhe necessário e incontornável. Sua mulher havia concordado em acompanhá-lo, mas a filha tinha um impedimento na faculdade, não podendo participar desse momento.

Chegamos, assim, à sessão que constitui o ponto central deste relato.

Ela ocorreu imediatamente após a tão esperada e temida visita à casa da mãe. Essa sessão revelou-se um verdadeiro *turning-point* de sua análise, a qual, apesar de até então se ter estendido por apenas algumas semanas, começava a dirigir-se para elementos realmente cruciais de seus impasses subjetivos.

R. chega, deita-se sobre o divã, fica em silêncio por um tempo e diz:

– Tá tudo bem. Não tenho novidades.

Imediatamente passa-me pela cabeça a enorme extensão desse enunciado: “Não tenho novidades”, justamente após ter ele voltado à casa da mãe, uma década e meia depois. O inconsciente é realmente atemporal e a repetição não deixa de conter uma esperança, mesmo que condenada de antemão, ao reencontro do mesmo fracasso de sempre! – pensei, mas sem dizer palavra.

– Mas fui visitar minha mãe!

– Essa não deixa de ser uma novidade, disse eu.

– Foi interessante, na verdade. Em pouco tempo, consegui conversar com meu irmão. Foi uma reaproximação bastante natural. Ele acabou se “ferrando” muito na vida. Apesar de ter sido sempre o “queridinho da mamãe” e o dono de todas as qualidades do mundo, ele nunca conseguiu sair da Vila B. (bairro em que vive a família ainda hoje). Depende dela para fechar o orçamento do mês e vive de pequenos consertos domésticos que realiza. Já passou por inúmeros empregos, sem nunca conseguir se fixar ou progredir. Mas não tive nenhum sentimento de vitória sobre ele...

– Nenhunzinho? – pergunto.

– [Ri.] Um pouquinho, talvez. Mas senti, sobretudo, pena dele e só me passava pela cabeça: “olha só do que eu consegui escapar!”.

– Pois é! – disse eu.

– É. [...] Dessa vez, conversei muito sobre nossa infância com meu irmão. Ele me disse que sabia que era tratado com privilégios, mas que no fundo ele não gostava disso. Sentia como um peso. Na verdade, ele parecia muito contente que eu tivesse tido sucesso e cuidado bem de minha vida. Pelo menos eu – diz isso com alguma emoção na voz.

Depois de discorrer longamente sobre a boa sensação que teve ao reencontrar o irmão, R. passa a falar das dificuldades que sentiu no contato com a mãe.

– Eu percebi que, no fundo mesmo, eu não desejava falar com ela. Que já não adiantava mais.

– Olha só! – exclamo.

– É verdade. Eu sentia claramente o mal que ela me fez e que, de certa forma, ainda faz. Achava que, no fundo, já não tinha mais nada a dizer a ela. Que tudo de importante que poderia ter acontecido entre nós dois na verdade já aconteceu há muito tempo, já deixou as suas marcas e que agora o que me resta é me virar com elas, seguir minha vida. Meu irmão insistiu que eu deveria conversar com ela, tentar me reaproximar, mas eu o interrompi imediatamente. Eu disse a Roberto que, se ele insistisse em me aproximar dela, isso não teria nenhum resultado e terminaria apenas por nos afastar um do outro.

Rui prossegue dizendo que, a certa altura do encontro, a mãe perguntou se ele desejaria levar consigo algumas fotos de sua infância.

– Eu disse que não! De minha infância só tenho más recordações, o pai alcoolista, o desprezo, o sentimento de inferioridade. Minha infância foi uma *tramoia*, quer dizer, uma *tragédia* – fala rapidamente tentando corrigir seu lapso.

– Então sua infância foi uma *tramoia*?...

– Foi um mau-*trato*! A verdade é que eu fui um moleque *maltratado*. Eu me lembro quando eu era muito pequeno, que ela me deixava todo sujo, só para mostrar que não cuidava de mim, que não se importava comigo.

– Como assim?

– Eu não era só desprezado: eu era ativamente maltratado! insiste R. Eu nunca tive certidão de batismo, não tinha sequer atestado de vacina! Ela nunca foi a uma única reunião de minha escola! diz R., irritado e emocionado.

Prossegue muito mobilizado afetivamente:

– Minha mãe deve ter tido um *trauma* muito grande para ter tido tanto ódio de mim!

– Ódio, repito, fazendo eco a seu dito.

– Só pode ter sido...

Parecendo fazer um esforço de lembrança, continua:

– Quando eu era pequeno, ela dizia que só ficou com meu pai porque ficou grávida de mim. Ela já tinha meu irmão. Meu pai já bebia muito, ficava muito perturbado. Ela tinha planos de se separar dele; ela ainda era moça e podia refazer sua vida. Mas acabou engravidando...

Faz uma pausa. Fica em silêncio, parece tentar retomar o “fôlego emocional”.

– Ela sempre me dizia que sacrificou tudo por mim. Agora eu entendo melhor o que ela queria dizer com isso, no fundo. Eu era a causa da infelicidade dela. O bode expiatório de sua insatisfação.

Nova pausa. Prossegue:

– Meu irmão fica querendo falar sobre isso, sobre nosso passado. Eu descobri que não quero! Não quero mais! Não adianta mais. Não com ela.

– Não com ela? – interrompo, sublinhando seu dito.

– Eu quero é me reencontrar comigo mesmo. Ela me odiava, descarregava todas as suas *frustrações* em mim. Eu era seu *álibi* perfeito! Ela nunca cuidou de mim. Ao contrário, ela tinha prazer em me desprezar, em me diminuir. Mas chegou um dia em que eu decidi que quem iria cuidar de mim seria eu mesmo. Que não precisava de mais ninguém! Que eu iria *trabalhar* e ter sucesso. Que eu iria conseguir sair daquela família louca, escapar daquele bairro maldito! E fui fazer minha vida. E consegui. Eu não preciso que ninguém cuide de mim!

– Não? – perguntei

– [Silêncio] Pois é. Há alguns dias eu dizia aqui mesmo que não suportava que minha mulher não cuidasse mais de mim...

– [Silêncio] Chora pela primeira vez desde que iniciou a análise. Chora baixo, sofridamente, sem alarde.

Aguardo que seu choro se acalme um pouco e encerro a sessão. Acompanho-o até a porta. Nada digo. Ele nada diz. Toma o caminho correto do elevador.

COMENTÁRIO DE

ALCIMAR ALVES DE SOUZA LIMA

O devir como horizonte

Memória não é o passado
é o presente passado a limpo
em mergulho no furo do futuro.

Começo este texto em que desconheço tanto o analista quanto o analisante, e neste contexto dou início à minha narrativa, na qual as questões sobre a transferência ocuparão um lugar basilar. Ela se dá sempre no forno tórrido, morno-aconchegante ou gelado do presente de uma sessão e isso aponta para a dimensão do afeto e das palavras, das palavras afetadas. A complexidade das transferências começa por essa dimensão. Não é só linguagem como rede, nem somente pura emoção, mas um conjunto amplo que engloba múltiplas dimensões que vão das vivências ancestrais às vivências infantis, até o vivenciar cotidiano do analisante com todas as suas peculiaridades.

Essa trama constitutiva do sujeito em perene movimento bascula na análise articulada a uma outra trama

que é a do analista. Nesse encontro-acontecimento a análise se dá, se constitui e produz vicissitudes.

Dito isso, me autorizo a falar, dentro dessa perspectiva da narrativa de um colega, sobre um caso clínico que está em seus preâmbulos.

Esse analista também trabalha com o conceito de transferência, que é basilar para os que se ocupam deste campo. Porém, cada um o enfoca à sua maneira e isso, em vez de diluir o conceito e deixá-lo impreciso, enriquece-o.

Chama-me a atenção o início da narrativa. Ela começa com ações e movimentos: “levanta-se de pronto quase em sobressalto”, “sorri, cortesmente, mas não consegue esconder a angústia em seu olhar”. Das ações, passa para as emoções: “não consegue esconder a angústia em seu olhar, uma certa tristeza, um pedido de ajuda, que se esboça de maneira espontânea antes mesmo de ser formulado”.

Todas essas ações/movimentos contidas nesse acontecimento propiciam o início dessa análise. É o seu devir. Como diz o analista: “se esboça de maneira espontânea, antes mesmo de ser formulado. Ele o seria em breve”. Ou seja, as palavras ainda não chegaram ao analista, mas elas estão lá em potência, os afetos se mostram e uma direção transferencial está posta: o jogo começou.

Outro aspecto que aguçou a minha curiosidade é que o analista o nomeia de chofre como R., e com o decorrer da narrativa, R., que é uma letra, ganhará corpo/palavra/nome. Aparecerá o Rui irmão do Roberto. Os erres começam a aparecer. A letra ganha consistência e corpo. R. é Rui. O analista começa a viver uma intimidade transferencial. Os vínculos aparecem.

Esse corpo pulsional do analisante surge: “tem a fronte levemente suada”, “traz canetas no bolso da camisa e um porta-celulares no cinto da calça. Carrega ainda uma pasta tipo executivo”.

Logo após, já no consultório, o analisante começa a tirar, a se desvestir dos “apetrechos” – aparece o TR.

A primeira fala do analisante diz respeito à depressão, que é um diagnóstico, portanto, uma palavra muito ampla que não esclarece muito bem o que ele está sentindo ou atravessando naquele momento de sua vida. Logo após, ele precisa um pouco mais o que está se passando com ele, “não sente ânimo para o trabalho, tudo lhe parece vazio e sem sentido”.

Aqui quero ressaltar algo sobre a palavra “vazio” que ele utiliza. Esta palavra possui duas conotações: a primeira remete a um vácuo, total ausência. A segunda remete a potencialidades, ou seja, concebe-se um vazio espaço de flutuações, portanto um espaço de potência, um espaço potencial que pode gerar formas. Prefiro, para minhas elaborações, a segunda opção.

Caminhando nessa direção, a sua chegada para a primeira sessão é repleta de movimentos, bastante diferente de sua primeira fala sobre a “depressão”, em que relata que tem enormes dificuldades de sair da cama. Temos uma fala desvitalizada e uma chegada com movimentação.

Seu desejo manifesto de procura da análise é que esta o fortaleça e evite que ele perca o emprego. Ele quer, transferencialmente, que o analista nutra-o para que ele volte a ter condições que ele já possuía, ou seja, ele quer recuperar a potência pelo trabalho. Esta potencialidade já havia desabrochado antes da procura pela análise. Manifestamente, ele quer conseguir algo que já possuiu e acredita estar perdendo. Esta é a angústia manifesta.

Fala de um pai muito deficitário, alcoolista, do qual tinha vergonha, pois, de tanto beber, foi parar na sarjeta. Esse pai batia na mãe e também nos filhos. Gritava muito, era um pai que utilizava suas intensidades afetivas nas auto e alo destruições. A mãe e os meninos ficavam completamente submetidos.

Subitamente, surge a potencialidade materna de forma exuberante. Coloca o pai na rua, pede o divórcio. O pai nunca mais voltou e logo depois faleceu. O analisante, até esta altura chamado de R., descreve a mãe como dura e forte. A partir de sua separação nunca mais se casou e não teve nenhum companheiro. A pergunta que fica no ar é sobre a sexualidade da mãe, que fatalmente aparecerá deslocada para esses dois filhos, Roberto e o até então no relato, R.

Roberto – o predileto, o inteligente, o bom filho que iria dar certo na vida.

R. – burro, incompetente, estorvo, que nunca iria dar certo na vida.

A forma semântica com que o analista descreve os irmãos Roberto e R. suscita minha curiosidade. Roberto tem um nome. R. tem uma letra. Roberto é designado como o inteligente, o bom filho. Nota-se que são utilizados os artigos definidos. R. é burro e estorvo. Os substantivos vêm de forma concreta e não se

usam artigos definidos nem indefinidos. A letra R. não marca um lugar. Roberto é um nome definido, portanto ocupa um lugar.

Acredito que Roberto/R. são expressões de cisões da mãe. Os últimos qualificativos que a mãe impõe aos filhos também são muito significativos das formas verbais utilizadas. Para Roberto, “iria dar certo na vida”. Esse tempo verbal indica uma possibilidade sem nenhuma garantia. Para R., a mãe designa um tempo verbal assertivo: “Nunca vai dar certo na vida”. É um imperativo categórico. Manifestamente, ela diz: ele vai fracassar. Porém, se pensarmos no conteúdo latente, a situação é bem outra. “Nunca” é igual a “não” e não é uma negativa. Ou seja, o desejo inconsciente da mãe aponta para R., que até agora é uma letra, a seguinte proposição: vai dar certo na vida (para o inconsciente as negativas são lidas como afirmações). Mas aí mora todo o problema. R. é sujeito indefinido. R., seguindo o texto do analista, ainda não tem nome. R. é uma certeza de sucesso para a mãe em suas tramas inconscientes, que nem ela própria consegue traçar. R. é expressão de tudo *isso*. Roberto e R. são lados de uma mesma moeda. R., por ser marcado neste lugar de positividade do desejo materno, consegue, aos dezenove anos, casar-se. R. acredita que esse feito é mérito seu. Porém, ele não tem uma subjetividade constituída. Ele ainda é uma letra do desejo materno. O que R. chama de “paradoxo de sua vida” na realidade é uma realização do desejo materno. O que ele não percebe é o seu falso *self* em atividade.

“Do nada” mergulhou em uma profunda depressão. Obviamente, não foi do nada. Mas também não foi de um vazio que ele afundou nessa depressão. R. afundou-se num vazio. Mas esse vazio não é um nada, e acredito que ele precisa caminhar em uma relação transferencial e construir/constituir uma narração que sustente o seu edifício tão trincado por esse ambiente familiar e sociocultural.

Eis que surge Rui: nesse momento da sessão, Rui diz: “Eu não quero ficar falando da minha mãe. Isso já está superado”. Pela primeira vez, o analista o subjetiva com o nome Rui. Ele não é mais a letra R. Acredito que, no exato momento em que o analista o subjetiva, é neste momento que ele, Rui, perde o rumo. Não tem forças para sustentar essa nomeação.

Na próxima sessão, Rui começa a ganhar formas paternas. Agora já tem um nome e pode sair um pouco da esfera materna. Mas o que surge é a vontade de beber, a grande marca do seu pai, e isto levanta uma grande angústia.

Concomitantemente a tudo isso, sua mulher começa a se descobrir fora de casa, começa a trabalhar e a se desgrudar dele, e essa situação favorece o estopim das angústias atuais.

Quando recorda que a esposa teria dito “que não suportava mais aquilo”, é a imago materna maciça que despenca sobre ele. Acredito que o grande passo dado por ele em transferência é que esse acontecimento é o desencadeante dos primeiros episódios depressivos de dez anos antes.

No momento em que a esposa começa a manifestar desejo de ter uma loja, algo diferente de ficar em casa mandando em tudo e em todos, neste seu momento de libertação surge a depressão de Rui, “a casa está abandonada”. Ele não suporta a sua subjetivação.

Na sessão seguinte, Rui diz: “E não consigo nem conversar sobre *isso* com minha esposa, que tem agora suas próprias preocupações de trabalho e que prefere falar de suas próprias sobrecargas a cuidar das minhas”.

Nesse momento, a esposa sai do lugar materno e ocupa um lugar diferente. Rompe-se a ligação mãe/filho. Rompe-se a célula narcísica.

Nesse momento aparecem os questionamentos, os enigmas de Rui. O analista propõe uma mudança no enquadre e sugere o divã, que é aceito por ele.

Primeira sessão no divã:

Não estou dizendo que o analista ora o chama de R., ora de Rui. R. e Rui são citações literais do texto.

Para o analista, some o Rui e surge a letra R. novamente em sua descrição. No divã o assunto da história infantil outra vez vem à baila e surge a questão de uma visita ao passado, ao bairro, à casa, à mãe e ao irmão. Acredita sintomaticamente que vai encontrar tudo do jeito que deixou. Daí sua angústia. Porém, essa volta não é uma volta. É uma ida. Depois de várias sessões, resolve realizar a visita ao “passado”. Rui estava bem melhor. (Rui sou em que digo. O analista continua o denominando pela letra R.).

Acredito que o medo que sentia de que seu estado se deteriorasse com aquela visita era devido à

ativação de suas redes desejantes em relação à mãe. Estas redes ainda continham elementos sexualizados dele em relação à mãe.

O reconhecimento de que o pai, que teve uma vida muito difícil e nunca conseguiu ser marido para sua mãe e muito menos pai para ele, é a causa de sua angústia. É isso que está em jogo nesta visita.

Enfim, ele e sua esposa rumam para esse hediondo lugar.

Na sessão seguinte, tão aguardada por ele e pelo analista, a sessão que constitui o ponto central desse relato, “um verdadeiro *turning point*”, de início não aparece nenhuma novidade. Mas logo depois pulsa a sessão. O assunto é sobre o fracasso do irmão.

Retornarei ao ponto:

Sua mãe dizia: Roberto – “o bom filho que iria dar certo”. Ela tinha dúvidas, por isso o uso deste tempo verbal.

Quanto a Rui – nunca vai dar certo na vida. O “nunca” como negativa mostra o desejo inconsciente da mãe de que ele dê certo na vida.

Rui diz que Roberto acabou se “feRRando” na vida.

Chamaram-me a atenção as sonoridades poéticas conotativas das letras TR contidas em: tramoia, tragédia, maltrato e maltratado.

O analista também percebeu isso, pois colocou-as em destaque.

Poeticamente os sons com R e TR exprimem aspereza, rudeza e muita agressividade: TRRRR.....

O nome de ambos tem R. Outro sentido é que “tramoia” também significa “artifício”. Essa palavra igualmente se desdobra em “sutileza e astúcia para enganar”. Este é o lugar que a mãe ocupou para ele em sua infância. É o preferido da mãe. Porém a sexualidade da mãe se manifestava regredidamente como ódio, mais precisamente em uma posição sádica em relação a ele. Acredito que o grande medo, a angústia de Rui é entrar em contato com essa mãe interiorizada que é uma parte dele mesmo, da qual não consegue fugir. Daí a grande angústia. Na crise, trata-se a si mesmo como a mãe o tratava na infância. Isto se dá no devir dessa análise.

No mergulho do futuro no qual também mora o presente, existe muito sadismo. Acredito que esse é o seu grande medo em prosseguir a análise.

Acredito que essa análise será muito intensa, pois tudo nela aponta para transbordamentos, essa mãe *trrrágica*, o pai distante, muito agressivo e inadequado no contato com os familiares, o bairro simples em que ele viveu; enfim, todo o seu universo cultural, tanto da infância quanto o de agora, que no fundo o compõe, habitará as sessões que estão por vir.

COMENTÁRIO DE MARION MINERBO

Agradeço o gentil convite da Revista *Percurso* para participar de uma conversa interinstitucional sobre a clínica. Como estrangeira, espero contribuir com uma visão diferente, e como semelhante, compartilhar questões com que se defronta todo psicanalista.

O material clínico que me cabe discutir é sobre o período inicial de uma análise. Um analisando, R., procura análise em função de uma nova “crise depressiva”. Está sem ânimo para nada, o que vem prejudicando seu trabalho. Há algumas informações sobre a infância: o pai alcoolista morre cedo, a mãe o maltratava e preferia descaradamente o irmão. Um casamento aos 19 anos o salva dessa infelicidade e parece preenchê-lo completamente.

Os fragmentos apresentados nos dão uma boa ideia da relação de R. com a mãe, com quem rompeu há 15 anos. As associações conduzem ao que parece ter deflagrado este episódio depressivo: sua mulher abriu uma loja e agora tem suas próprias preocupações, tornando-se menos disponível para ele. R supõe que seu estado atual tem algo a ver com o passado, e decide fazer um “retorno às origens”. Na sessão central desse relato, R. fala do reencontro com o irmão e a mãe.

Meu colega, certamente um profissional experiente, conduz o trabalho de forma impecável: escuta sensível, presença firme e intervenções discretas. Como num balé, o analisando corresponde e também trabalha intensamente.

Ao ler o material, minha primeira impressão foi a de estar diante de uma excelente amostra de trabalho clássico – aquele que tem como modelo clínico e paradigma o proposto por Freud na *Interpretação dos Sonhos* (1900). A história vivida foi representada, de forma que o analista pode trabalhar tranquilamente com o retorno do recalçado. Há um paciente capaz de associar e rememorar situações penosas. O analista trabalha *per via de levare*, pontuando certos elementos do discurso, lapsos e outras formações do inconsciente. Sustenta, transferencialmente, o trabalho de perlaboração realizado por um sujeito já constituído e capaz de se responsabilizar por seus impulsos e desejos. Estamos em terreno predominantemente neurótico.

A uma segunda leitura, nova impressão foi se formando. Embora R. pareça estar rememorando situações penosas, sua perturbação é tão intensa e “fresca” que as cenas relatadas poderiam ter acontecido ontem. Sua movimentação corporal (*arqueia-se sobre o divã, como num espasmo*) sugere, mais do que uma rememoração, uma experiência de caráter alucinatorio. Isso significa que a cena descrita está sendo vivida com toda a carga de atualidade, e não como representação de acontecimentos passados – e muito menos como realização alucinatoria do desejo. Afetos ainda em estado bruto falam a favor de uma pulsionalidade ainda não ligada, isto é, de uma manifestação do Isso. A gravidade do atual *desmoronamento narcísico* – apresentado como um novo episódio depressivo – me fez pensar no colapso de um Eu mal constituído.

Essa segunda leitura me afastou do Freud da *Interpretação dos Sonhos* e me conduziu ao texto *A divisão do eu no processo de defesa* (1938). Neste, o autor sustenta que o eu sobrevive ao trauma graças a um tipo específico de defesa, as clivagens internas, o que produz uma deformação do eu que torna o trabalho analítico particularmente difícil. Estamos, naturalmente, no contexto teórico ligado à segunda tópica. Como sabemos, as então denominadas neuroses narcísicas – refratárias a um trabalho clínico pautado pela injunção de *tornar consciente o inconsciente* – levaram Freud a se debruçar sobre a constituição do Eu-sujeito. Tal problemática o leva a pautar o trabalho analítico pela fórmula *onde estava o isso, advenha o eu*. Citando Donnet, Roussillon (2001) propõe: “onde estava o isso e o supereu, advenha o eu”, querendo dizer com isso que o eu se constitui conquistando terreno tanto sobre o inconsciente pulsional quanto do supereu, instâncias que são psíquicas, mas não estão subjetivadas.

Em *Construções em análise* (1937), Freud reconhece que na clínica do trauma outra forma de trabalhar se torna necessária. A *imaginação* do analista – Bion usa o termo *rêverie* – entra em cena. Ele é convocado como outro-sujeito, pois o paciente não pode realizar sozinho o trabalho de rememoração e/ou de ressignificação de algo que nunca foi consciente, nem significado.

Como se vê, abre-se uma discussão que está longe de ser meramente acadêmica, pois estão em jogo duas formas de presença do analista radicalmente diferentes entre si. Na primeira ele se mantém em reserva, trabalha *per via de levare*, funcionando mais como um parteiro. Na segunda, ele está mais implicado e entra com sua própria subjetividade, numa postura em que se trabalha também por *via de porre*. Na clínica, as duas formas de presença se alternam e se suplementam (Figueiredo, 2009).

Assim, depois da minha segunda leitura, percebi que o conjunto do material funcionava como um “significante” ao qual poderiam ser atribuídos “significados” bem diferentes, conforme fosse lido no contexto pré ou pós 1920. Essa indeterminação é comum em inícios de análise, especialmente durante a “lua de mel analítica”. Dependemos inteiramente de tentativa e erro para ir descobrindo em que terreno estamos pisando. Diante disso, resolvi elaborar meu comentário sobre o material clínico desenvolvendo as duas linhas de pensamento acima esboçadas para, com base nelas, imaginar os caminhos que essa análise poderia tomar.

Na primeira linha de pensamento, que parece ser também, em grande medida, a do colega, o analisando enfrenta resistências, mas, sustentado pela transferência, é capaz de rememorar cenas de sua história. A intensidade emocional do relato é entendida como forma de ab-reação dos afetos estrangulados (*quando R. se referia mais diretamente à mãe era tomado de grande emoção. Em certos momentos ficava tão perturbado e comovido que seu corpo chegava a arquear-se espontaneamente sobre o divã, como num espasmo*). Elementos inconscientes, recalçados, tornam-se, aos poucos, conscientes. O paciente está, por

assim dizer, “funcionando” em primeira tópica.

Em coerência com este referencial, temos que supor duas coisas: que esse funcionamento psíquico é regido pelo princípio do prazer; e que as experiências recalçadas são da ordem da sexualidade infantil. E, de fato, o analista parece atribuir ao significante *cuidar* (*a mãe não cuidou dele; a esposa começou a trabalhar e parou de cuidar das coisas dele*) o sentido de *gratificar um desejo*. Minha suposição se baseia na intervenção dele, logo depois que R. diz: “*ela (a esposa) agora tem suas próprias preocupações de trabalho e prefere falar de suas próprias sobrecargas a cuidar das minhas*”. O analista confronta o analisando em sua expectativa de que cabe à esposa cuidar dele (“*Cuidar de suas sobrecargas? Ela?*”). E deixa implícito que este ocupa uma posição subjetiva infantil, na medida em que não quer se responsabilizar por um trabalho que cabe a ele, enquanto sujeito de *suas próprias* “*sobrecargas*”.

Nesse sentido, a fala do analista se dirige à criança edipiana, que continua em busca do prazer ao qual não foi capaz de renunciar. Está implícita a teoria de que o ressentimento do paciente com relação à esposa tem a ver com renúncias e lutos que não puderam ser realizados. Na escuta do analista, R. estaria ressentido porque a esposa “*não cuida mais dele*”, isto é, não o gratifica como fazia antes.

Nesta primeira linha de pensamento, a fala do analista “*Cuidar de suas sobrecargas? Ela?*” leva o analisando a perceber que a esposa não está lá para gratificar todos os seus desejos. Bem-sucedida, a intervenção leva R. a fazer uma espécie de *mea culpa edipiana*: fica um tanto desconcertado, sorri e diz: “*Seria bom, né?*”.

•

Uma segunda linha de pensamento se abre se atribuirmos ao significante *cuidar* não o sentido de gratificar desejos edipianos, mas de *atender a necessidades básicas do Eu* – aquelas que *precisam* ser atendidas para que o Eu possa se constituir. Baseio-me, para uma nova leitura do material clínico, nos pressupostos teóricos que se seguem.

Ao contrário das gratificações libidinais, que, juntamente com as inevitáveis frustrações, são necessárias à constituição do desejo, o não atendimento das necessidades do Eu *não configura a falta, mas o trauma precoce*. Roussillon (1999) o relaciona com as dificuldades na constituição do Eu, isto é, com as clivagens no eu (Freud, 1938) que se manifestam clinicamente como sofrimento narcísico-identitário²⁸⁸. Os sintomas que trouxeram R. para análise podem perfeitamente ser pensados também nessa linha, isto é, como efeito da desorganização do Eu ligada à ruptura do para-excitações em função da reapresentação da situação traumática.

Isto nos leva a *Além do princípio do prazer* (1920). Neste texto Freud propõe uma segunda forma de compreender o trauma. Já não é, como na neurose, um ataque pulsional que vem de dentro, isto é, da sexualidade infantil – algo que, por pertencer ao próprio sujeito, é de sua inteira responsabilidade –, mas o resultado da ruptura do para-excitações em função de algo que ataca o sujeito de fora. Esse algo, que por definição é sempre excessivo frente às capacidades de ligação do sujeito, provém do objeto entendido como outro-sujeito. Nesse sentido, é ele, o objeto, que não consegue se responsabilizar por suas pulsões em estado de desligamento, que podem então atacar o eu da criança.

Ainda nesse texto, como todos se lembram, Freud diz também que alguém precisa trocar o meio de cultura para que a vesícula viva não morra intoxicada em seus próprios dejetos. Esse modelo traz implícitas referências, tanto a necessidades básicas do psiquismo que precisam ser atendidas, como à qualidade das respostas do objeto no atendimento a essas necessidades. O importante nisso tudo é que o Eu se constitui no seio de relações intersubjetivas que podem ser mais, ou menos, adequadas ao atendimento de necessidades narcísicas básicas. Percebe-se como as dificuldades na constituição do Eu estão relacionadas a zonas de traumatismo primário.

•

Essas ideias irão sustentar minha segunda leitura do material clínico, cujo ponto de partida, como foi

anunciado acima, é um outro sentido que pode ser atribuído ao significante *cuidar*. Não um *cuidar* das gratificações libidinais, mas um *cuidar* das necessidades do Eu em seu processo de subjetivação.

O analisando conta que *não apenas não foi cuidado, mas também maltratado; a mãe só tinha olhos para o irmão, etc.* Segundo o relato, R. não teria sido excluído de uma cena primária, em que o irmão seria a representação do terceiro elemento no Édipo, e sim sumariamente expulso do espaço psíquico materno. No lugar de uma exclusão necessária e constitutiva, a expulsão configura uma situação traumática – desorganizadora do sujeito em constituição.

Embora essas informações sejam importantes, não é nelas que baseio meu pensamento clínico, mas na atualização das marcas psíquicas inconscientes deixadas pela história emocional: a transferência. Não necessariamente a transferência com o analista, mas, num primeiro momento, a transferência lateral com a esposa. Retomo o material clínico sob essa perspectiva.

R. se casa aos 19 anos com uma mulher dois anos mais velha, e desde então sua vida mudou. O casamento é seu porto seguro, prefere as atividades em casa a qualquer forma de badalação social. Os episódios depressivos se iniciaram há dez anos devido a uma crise no casamento. “Temí que ela fosse embora. Lá em casa sempre foi ela que cuidava de tudo. Ela mandava em mim e na minha filha, e tudo acabava correndo muito bem. Agora que está trabalhando as coisas não funcionam, a casa parece meio abandonada. Não consigo falar de minhas dificuldades com ela, que tem agora suas próprias preocupações de trabalho e prefere falar de suas próprias sobrecargas a cuidar das minhas. Não suporto que não cuide mais de mim como fazia antes”.

O material sugere que R. estabeleceu uma relação dual com a esposa (*o que mais gosta é de ficar em casa com ela*). Ela representa o objeto encarregado de realizar funções psíquicas importantes para a sobrevivência do Eu (*é meu porto seguro, cuidava de tudo, temi que fosse embora*). A posição subjetiva de R. é de dependência absoluta, como uma criança de, digamos, dois ou três anos de idade (*mandava em mim e na minha filha, e tudo corria bem*). O terceiro da configuração edipiana é reconhecido, mas mantido à distância/excluído (*não sentia necessidade de vida social, não há menção à filha como terceiro investido por ele*).

Além disso, a angústia de R. com relação à ausência da mulher (*as coisas não funcionam mais, a casa parece meio abandonada*) sugere que a constituição do símbolo “ausência” foi problemática. Na situação edipiana comum, “ausência do objeto de amor aqui” significa “sua presença lá”, tendo prazer com o terceiro. É isso que gera ciúme e frustração. Mas, no caso de R., a “presença lá” não é vivida como uma frustração temporária, como um limite que a vida impõe a todos nós. Ao contrário, a ausência da esposa equivale a “*deixei de existir para ela*”, sendo que, como vimos, a presença concreta do objeto de transferência lateral ainda é vivida como absolutamente necessária. Por isso, sua ausência é vivida pelo Eu como *ameaça de morte*.

Nesta configuração subjetiva, enquanto a esposa está presente (e o terceiro, ausente) cumprindo funções psíquicas necessárias à sobrevivência do Eu, este fica relativamente integrado. Enquanto ela funciona como prótese, a fragilidade do Eu não aparece. No entanto, na ausência desse objeto narcisicamente investido que funciona como um prolongamento de si, o Eu se desorganiza completamente. É uma forma de compreender, metapsicologicamente, os sintomas que trouxeram R. para a análise.

O importante, aqui, é que quando a mulher abre uma loja e passa a investir o “rival”, a zona traumática é reativada. A cena atual é lida e interpretada a partir do infantil, ou melhor, do arcaico (antes da aquisição da linguagem). Se tivesse palavras para tanto, R. diria algo como: “*meu objeto primário não é capaz de se relacionar com dois objetos ao mesmo tempo, eu e o meu rival. Quando escolhe meu rival, sou remetido ao nada, o que equivale, para mim, a uma sentença de morte. É por isso que estou desesperado*”.

Nessa segunda linha de pensamento, não é suficiente que o analista sustente a transferência, trabalhando como intérprete ou parteiro. Além disso, precisa também se posicionar no aqui e agora do campo transferencial-contratransferencial de forma sintônica e empática com a angústia do analisando. Explico.

Quando o paciente diz que não suporta que a esposa não cuide mais dele como fazia antes, sua experiência subjetiva não parece ser a de um menino mimado querendo o amor absoluto da mãe, e sim a de

uma criança pequena, aterrorizada ante a perspectiva de ser abandonada pela fonte de vida. Isso nos ajuda a entender que R. não seja capaz de ler a situação como: “*ela só tem olhos para o trabalho, como vou lidar com essa situação que me frustra e me desagrada?*”. Esta seria a posição de um sujeito em condições de fazer escolhas, elaborando os lutos necessários – um eu-sujeito capaz de negociar com a mulher, de encontrar outros interesses enquanto o objeto está ocupado com seu terceiro, de contratar alguém para cuidar da casa, ou, ainda, decidir que esse tipo de relação não lhe convém. Um sujeito que venha a ser capaz de fazer escolhas como essas ainda deve advir.

Tudo indica, ao contrário, que R. faz outra leitura da situação. Algo como: “*ela só tem olhos para o trabalho, não existo mais para ela, minha vida está em risco*”. É por isso que ele se retraumatiza e se desorganiza psiquicamente (*não consegue mais trabalhar*, etc.). Como num parto difícil, o eu-sujeito não advém, está encruado – é isso o sofrimento narcísico-identitário – e ele vem para análise para que alguém ajude este eu-sujeito a nascer. Percebe-se que não adianta pedir a este protossujeito que faça escolhas, ou deixe de ter expectativas messiânicas que ninguém poderá cumprir.

Se este pensamento estiver correto, pode ser importante que o analista sinalize de alguma forma que o sofrimento da criança-retraumatizada-no-adulto faz todo o sentido, ao contrário do que ele mesmo pensa (*Não suporto que ela não cuide mais de mim como fazia antes. Mas, no fundo, isso não faz sentido*). Não se trata de “passar a mão na cabeça” do analisando, mas de funcionar como *testemunha do trauma*, isto é, como um terceiro que não o deixa entregue, sozinho, novamente, à situação de agonia – que agora se atualiza na relação com a esposa.

Dito de outra forma, o que ele diz sobre sua relação com a esposa está sendo entendido como a representação possível do trauma precoce, este irrecuperável. Para R., a esposa o trocou pela loja. Em vez de questionar essa percepção, o analista diz/faz no campo transferencial-contratransferencial o que a figura paterna não pôde dizer/fazer: dar sentido, e legitimar, o sofrimento da criança-traumatizada-em-R. A intervenção tentaria se dirigir simultaneamente ao atual e ao infantil: “*se ela é tudo para você, posso entender que esteja se sentindo tão perdido*”.

Nesta linha de pensamento, sinalizar à (suposta) criança “mimada” que a castração é inevitável, no melhor dos casos, não faz sentido. No pior, equivale a um novo abandono (*não se importava comigo*). Ou a uma nova desistência do contato (*desistiu de fazer-se reconhecer por ela*). Sobretudo, é preciso estar atento porque, segundo suas próprias palavras, ele pode *ficar com vergonha de ser ele, e se resignar à timidez e ao silêncio* – única “opção” de quem não está em condições de contradizer o analista, vivido na transferência como mãe fálica (*analista/esposa que manda nele e toma conta de tudo*). Nesse caso, a resposta do analisando (*fica desconcertado, sorri e diz “Seria bom, né?”*) teria que ser entendida como recuo tímido e dócil, como resignação envergonhada diante de uma exigência (*renunciar ao desejo edipiano*) que ele não está em condições de atender.

Como já disse, acho que ainda temos poucos elementos para saber se essa resposta mostra que o analisando foi desalojado, ainda que temporariamente, de sua posição subjetiva infantil, confirmando a primeira linha de pensamento. Ou se foi a resposta de um Eu fragilizado que se submeteu passivamente ao analista, apesar de todas as precauções para não funcionar como máquina de influenciar – afinal, como sabemos, a transferência acontece a despeito de nossas boas intenções.

Finalizo meu comentário com o prometido exercício lúdico de imaginação analítica: o que esperar depois da “lua de mel”?

Se a primeira linha de pensamento estiver correta, o trabalho de rememoração e de ressignificação de sua história prosseguirá sem grandes sobressaltos, tal como vem acontecendo. Temos um bom exemplo da efetividade desse trabalho quando a representação da mãe como “*a louca que tinha ódio de mim e queria me matar*” se transforma em “*ela deve ter tido um trauma muito grande para ter tido tanto ódio de mim!*” E também quando o analisando percebe que o irmão não deu em nada, e que ele próprio, por ter sido preterido, escapou de se tornar um apêndice da mãe.

Da mesma forma, a ab-reação de emoções penosas estranguladas vai dando lugar a afetos mais

matizados. Temos um excelente exemplo disso no fim de uma sessão, quando *ele chora pela primeira vez desde que começou a análise, chora baixo, sofredamente, sem alarde.*

É possível que R. acabe atravessando o Édipo, o que se manifestará clinicamente como capacidade de tolerar a exclusão da cena primária, e como aceitação do terceiro objeto (*o trabalho da esposa*). O trabalho da esposa acabará sendo ressignificado como mera frustração, e não como expulsão/ameaça à sua sobrevivência. Ele mesmo se tornará capaz de deslocamentos, o que se manifestará como capacidade de desenvolver novos interesses para além da vida doméstica. O analista poderá continuar em seu trabalho clássico, conduzindo o processo discretamente, atento à emergência de novas formações do inconsciente recalcado, e sustentando o processo de associação livre.

Mas se a segunda linha estiver correta, é possível que, mais cedo ou mais tarde, o analista seja convocado a fazer mais do que isso. O trabalho começará a exigir, além de paciência, imaginação e criatividade. E isto pela boa razão de que, quando o eu é “deformado” por defesas contra o trauma precoce, temos de lidar com clivagens no eu (Freud, 1938).

Assim, depois de algum tempo, o analista pode ser levado a desconfiar de que a repetição do tema “mãe louca/filicida” tem valor defensivo. Por exemplo, este tipo de discurso poderia estar funcionando como uma rede que o impede de despencar no vazio, numa espécie de “auto-holding”. Ou então, como um escudo que o defende do confronto direto com a esposa, nova representação da figura materna. Hoje, é com ela que a luta é para valer, é dela que ele tem medo, é com ela que a luta é impossível. É nesta nova arena que ele não vê saída, e é isto que o melancoliza.

Desconstruir a representação dessa figura será, certamente, um processo árduo, durante o qual não se poderá evitar passar pela repetição e elaboração da transferência narcísica. Esta será necessariamente *negativa* – isto é, bem mais próxima do incêndio que destrói o teatro do que da representação do incêndio no palco (Freud, 1914) – pois são questões de vida ou morte do Eu que estão em jogo, e que se atualizam na relação com o analista (Minerbo, 2012).

Quando esse tipo de transferência se estabelece, a contratransferência é intensamente solicitada, ao contrário do que acontece com a transferência neurótica. Pode acontecer de o analista (ou a própria análise) se ver transformado numa prótese psíquica, caso em que sentirá que perdeu sua liberdade de movimento. Ou então, se insistir em ter vida própria, dizendo aquilo que lhe ocorre e não aquilo que o analisando exige, poderá ser francamente hostilizado.

Não é improvável que ele venha a sentir medo e/ou ódio do analisando, pois este certamente está, em algum nível, identificado com a mãe “louca/filicida”. Nesse caso, o analista estará vivendo em sua própria pele afetos em estado bruto que têm a ver com sua identificação com a criança-em-R. Ao perceber isso, poderá criar junto com seu analisando uma narrativa sobre o trauma precoce a partir da cena que se repete no aqui e agora.

Como se vê, ao lado da escuta dos elementos verbais, o analista terá de dar atenção especial tanto à eventual *função* da fala do analisando, quanto aos elementos *não verbais*: a atmosfera afetiva e a comunicação subterrânea que passa mais pelo corpo do que pela escuta (Pereira Leite, 2005). A comunicação das experiências primitivas, pré-verbais, envolve os níveis em que a pulsão se manifesta por outras vias que não a representação (Roussillon, 2008).

Não podemos descartar, também, que o próprio analista venha a ser vivido projetivamente como “louco e filicida”. Ou ainda pior: em vez de ser vivido como tal, ele poderá ser convocado, pelo que Klein (1946) chamou de identificação projetiva exitosa, a se identificar efetivamente com um objeto primário “louco e filicida” projetado para dentro dele. Eliana Borges Pereira Leite (2005) faz uma analogia entre o trabalho do analista e do ator e diz que, à diferença deste último, o primeiro é convocado para participar de uma cena cujo *script* desconhece, e que é dado pela transferência.

Nesse papel, viverá contratransferencialmente a estranheza de ser habitado e colonizado por elementos não integrados do mundo interno do analisando. No campo intersubjetivo assim constituído, ele será levado a dizer e fazer coisas que normalmente não diria e faria com outro paciente. Coisas que, naturalmente, iriam, num primeiro momento, retraumatizar o analisando e perpetuar a repetição sintomática. Ao reconhecer sua identificação com este objeto, o analista poderia ir construindo um sentido para a cena, deslocando-se dessa posição.

Tudo isso exigiria da parte do analista um penoso trabalho – íntimo, ou em conversa com um colega –

de elaboração da contratransferência. A transferência das marcas inconscientes deixadas pelo trauma precoce sempre cobra de nós um preço alto em termos de trabalho psíquico. Com todas as nossas semelhanças e diferenças institucionais, é o preço que nos propomos a pagar quando ocupamos a poltrona atrás do divã.

Referências bibliográficas

- Figueiredo L. C. (2009). *Ética e técnica em psicanálise*. 2. ed. São Paulo: Escuta.
- Freud S. (1900/1980). A interpretação dos sonhos. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. dir. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago. Vol. V.
- _____. (1914/1980). Observações sobre o amor transferencial. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. dir. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago. Vol. XII.
- _____. (1920/1980). Além do princípio do prazer. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. dir. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago. Vol. XVIII.
- _____. (1937/1980). Construções em análise. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. dir. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago. Vol. XVIII.
- _____. (1938/1980). A divisão do ego no processo de defesa. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. dir. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago. Vol. XXIII.
- Klein M. (1946/1978). Notas sobre mecanismos esquizoides. In *Os progressos da psicanálise*. Org. Joan Riviere. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar.
- Minerbo M. (2012). *Transferência e contratransferência*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pereira Leite E. B. (2005) *A escuta e o corpo do analista*. Tese de doutorado em psicologia clínica defendida da PUCSP, sob orientação de Renato Mezan.
- Roussillon R. (1999). *Agonie, clivage et symbolization*. Paris: PUF.
- _____. (2001). *Le plaisir et la répétition*. Paris: Dunod.
- _____. (2008). *Le jeu et l'entre-je(u)*. Paris: PUF.

NOTAS

1. Essa definição positiva e metapsicológica substitui com vantagem o termo excessivamente amplo de “não neurose” dado por André Green (1974) – e que usei no meu livro *Neurose e não neurose* (2013).